

## À guisa de conclusão: o lugar da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo na História da Educação.

*A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se, sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas [...] Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito?*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Febvre, 1949, p.428 Apud Jacques Le Goff, “Documento/Monumento” In: **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5ª edição, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003, p. 530.

Para iniciarmos uma possível conclusão deste trabalho, uma questão de coloca como central. Diante da intensa mobilização nacional e do efetivo engajamento da sociedade na campanha empreendida pela LBCA – conforme se buscou demonstrar nesta pesquisa – por que razão este movimento foi praticamente esquecido ou não incluído na História da educação brasileira? Por que não há uma memória consolidada sobre a LBCA? Cabe fazermos, então, uma reflexão acerca da memória que se constituiu sobre a campanha contra o analfabetismo empreendida a partir de 1915.

Um aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que a realização deste trabalho teve como grande limitação a ausência de fontes produzidas pela LBCA. Não encontramos nenhum tipo de documentação como relatórios, atas ou boletins anuais referentes ao nosso objeto de estudo. Na ausência desta documentação oficial, utilizamos como fontes, fundamentalmente, as notícias veiculadas sobre a LBCA nos periódicos da época, vislumbrando os propósitos daquele movimento e acompanhando suas ações entre os anos de 1915 e 1922.

Não haveria, portanto, uma memória consolidada pela instituição LBCA? Ou será que os movimentos educacionais que se seguiram se encarregaram de apagar ou relegar a segundo plano qualquer tipo de memória referente às campanhas que se dedicavam ao simples aprender a ler e escrever?

Estamos aqui estabelecendo uma relação entre memória e documento. Segundo a definição de Le Goff, a memória, além de ser entendida como fenômeno individual e psicológico, está ligada também à vida social, podendo variar em função da presença ou da ausência da escrita, sendo, assim, objeto da atenção do Estado que, “*para conservar traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos*”<sup>2</sup>. Desta forma, a compreensão de memória aqui indicada está vinculada ao ambiente social e político e à seleção do que é considerado relevante para ser deixado como registro à posteridade. Os arquivos históricos possuem uma história, fazendo parte, portanto, de um processo seletivo. Sobre isto, Marc Bloch nos chama a atenção:

---

<sup>2</sup> Ver Jacques Le Goff, “Memória” In: **História e Memória**, op. Cit. p.419.

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável designo dos deuses. A sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.<sup>3</sup>

A historiografia sobre a questão educacional durante o final da Primeira República destina lugar especial para a fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924. Os movimentos que a antecederam, preocupados com a instrução no país e que priorizavam a difusão do ensino, teriam seus programas educacionais redefinidos a partir da fundação da ABE, uma entidade de caráter nacional que passaria a coordenar os debates educacionais no país, visando uma reforma moral e intelectual<sup>4</sup>.

Fundada em 15 de outubro de 1924, no anfiteatro da antiga Escola Politécnica, a ABE não se definia como um órgão de classe, contando com a participação de engenheiros, médicos, advogados e educadores. A associação teve como fundadores Heitor Lyra da Silva (líder do grupo formado por expressiva maioria de engenheiros), Fernando Laboriau, Dulcídio Pereira, Amoroso Costa, Isabel Lacombe, Alice Carvalho de Mendonça, Amaury de Medeiros (médico) e José Augusto (advogado). Contou ainda com a participação de Paulo Carneiro, Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, Everardo Backeuser, Álvaro Alberto, Menezes de Oliveira e muitos outros engenheiros. A corrente médica fazia-se representar por nomes como Fernando de Magalhães, Roquette Pinto, Artur Moses, Gustavo Lessa, Carlos Sá e Miguel Couto. Este último pronunciaria na ABE uma célebre conferência ressaltando que "no Brasil só existe um problema: o da educação de seu povo". Professores de todos os graus e níveis não poderiam deixar de aderir à instituição e entre estes destacamos os nomes de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Consuelo Pinheiro, Paschoal Lemme, Juracy Silveira, Franklin Botelho de Magalhães e Basílio de Magalhães.

<sup>3</sup> Marc Bloch Apud Jacques Le Goff, "Documento/Monumento", In: **História e Memória**, op. Cit. p.534.

<sup>4</sup> Sobre o tema ver trabalhos de Marta Carvalho, **A Escola e a República**, op. Cit. e **Molde Nacional e Fôrma cívica**, op. Cit.

As propostas da Associação Brasileira de Educação retratavam o povo brasileiro como um povo doente e degenerado, sendo necessária uma educação para moralizar, sanear e unificar este povo e seus costumes. Assim, a ABE buscou promover uma reforma da mentalidade das camadas mais elevadas da sociedade, convencendo-as da necessária regeneração do povo brasileiro através da educação. A ação transformadora a ser empreendida tinha como espaço privilegiado a escola, porém, uma escola nova que permitisse a renovação de hábitos e comportamentos.

Foi através do discurso produzido pela ABE que ganhou corpo nos debates educacionais as idéias de cientificação da escola, valorizando uma educação de caráter integral, a modernização das salas de aula e a introdução de disciplinas modernas e científicas na formação de professores. A proposta de um método que colocava o aluno como agente e sujeito do conhecimento ganhou força entre os americanos a partir das idéias de John Dewey (1859-1952). A plasticidade da natureza biológica infantil, a valorização dos interesses da criança, o papel da educação na mudança de hábitos, a correlação entre experiência e pensamento, pensamento e educação e entre escola e democracia (a educação tinha função democratizadora de igualar oportunidades), faziam parte de algumas das formulações teóricas e metodológicas divulgadas como princípios de uma “Escola Nova”.

Se a partir do ensino intuitivo de fins do século XIX identificava-se a passagem do ouvir para o ver, com a experiência da escola ativa, o ensino passaria a associar o ver ao fazer. Da mesma forma que o discurso higiênico utilizado na disciplinarização do corpo do aluno seria substituído por uma psicopedagogia. O aluno observador daria lugar ao experimentador que através dos laboratórios, excursões e museus escolares deveriam solucionar problemas de natureza prática. Foram referenciais também as propostas elaboradas por outros autores como Claparède que chamava a atenção para a necessidade de especialização do trabalho e classificação escolar, respeitando a diferenciação quantitativa das crianças, uma vez que estas apresentam capacidades específicas. As idéias de Claparède ficariam associadas à classificação escolar ou à uma “escola sob medida”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> **Ibid.** Ver também Helena Bomeny. **Os intelectuais da Educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 2ª Edição.

A atuação da ABE se dava por meio de encontros, conferências ou congressos nacionais que abordavam temas específicos. Em suas conferências bianuais podemos destacar debates sobre a uniformização do ensino primário, o ensino secundário e a criação de escolas normais superiores. A Associação serviria como centro de discussão para as reformas que se realizariam no campo educacional entre 1925 e 1935 tanto no âmbito estadual como no âmbito federal.<sup>6</sup>

De acordo com Marta Carvalho, a ABE refletia a ação autoritária de uma elite que projetava conformar o povo a seus anseios através de uma educação integral em contraposição à pura e simples instrução. A redefinição da escola a ser operada a partir dos moldes definidos como ideais pela ABE primava pela qualidade de uma proposta educacional que estaria apoiada na valorização de temas como a moral, a saúde e a racionalização do trabalho escolar sob os moldes da fábrica.<sup>7</sup> Entretanto, ainda de acordo com Carvalho, é importante perceber que havia uma separação entre a educação das elites e a educação do povo; à primeira destinava-se o ensino secundário e superior e ao povo destinava-se a escola primária que o formaria integralmente tornando-o saudável, disciplinado e produtivo, evitando, assim, que a educação se tornasse uma arma perigosa, desestabilizando a sociedade. De acordo com Heitor Lyra da Silva:

O levantamento do nível popular tem que repousar sobre tríplice base: moral, higiênica e econômica, o que significa que sem a cultura das qualidades do caráter, sem a melhoria das condições de saúde da massa da população e sem uma racional organização do trabalho é utopia esperar que a alfabetização rápida e quase instantânea, se possível, viesse a transformar para o bem as atuais condições do nosso país.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Acerca das reformas de cunho organizacional destacamos a Reforma Rocha Vaz de 1925 (referente ao ensino secundário e superior), a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931 e a Lei Orgânica do Ensino Secundário do mesmo ano. Vale destacar que a década de 1920 seria marcada também por diversas reformas regionais. Em 1920, Sampaio Dória realiza a primeira destas em São Paulo, em 1922-23 o paulista Lourenço Filho vai ao Ceará com intuito renovador. Em 1924, Anísio Teixeira leva à Bahia seu aprendizado com John Dewey. Em 1925-28 reformas são empreendidas por José Augusto Bezerra de Menezes no Rio Grande do Norte, em 1927-28 é a vez do Paraná com Lisímaco Costa. Francisco Campos renovaria o ensino primário e normal do Estado de Minas Gerais em 1927. Por fim, nos anos de 1927-30, Fernando de Azevedo inicia reformas educacionais na capital da república. Porém, seria com Anísio Teixeira à frente da direção da Instrução Pública na cidade do Rio de Janeiro que as reformas ganhariam destaque, sobretudo em razão das polêmicas que provocaram. Sobre os reformadores ver Helena Bomeny, “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993. Ver também Clarice Nunes, *Anísio Teixeira: A poesia da ação*. São Paulo: EDUSF, 2000.

<sup>7</sup> Marta Carvalho, *Molde Nacional e Fôrma Cívica*, op. Cit.

<sup>8</sup> Idem, *A Escola e a República*, op. Cit. p.46.

Já destacamos em momento anterior que um dos mais importantes pilares da fundação da ABE seria a crítica ao que se chamava “fetichismo da alfabetização intensiva”. Este é um ponto crucial de crítica feita pela ABE aos movimentos como a LBCA. Para os fundadores da Associação Brasileira de Educação, era necessário, ao invés de “*apressadamente ensinar a ler, escrever e contar aos adultos iletrados*” – coisa de uma má pedagogia – “*cuidar seriamente de educar-lhes os filhos fazendo-os freqüentar uma escola moderna que instrui e moraliza, alumia e civiliza*”<sup>9</sup>. Estas idéias, amplamente difundidas pela ABE, deixam evidente o combate aos movimentos que a antecederam e, sobretudo, um distanciamento em relação às campanhas de alfabetização que vinham sendo promovidas. Isto marcaria profundamente as interpretações posteriores acerca do papel destes movimentos na história da educação no Brasil. Não por acaso, foram tais movimentos relegados a segundo plano, tal qual haviam feito os membros da ABE.

Entretanto, de acordo com o que apresentamos ao longo da análise das ações da LBCA e das ligas estaduais e locais, a preocupação com a frequência escolar, com a falta de prédios, material didático, saúde, modos civilizados e cívicos e com uma escola moderna que “instrui e moraliza, alumia e civiliza” já estava presente ali, ainda que de maneira germinal. Não se pode afirmar que o movimento escolanovista produz um modelo escolar novo: o que ocorre é a adoção de novos significados políticos e pedagógicos para algumas propostas que já estavam sendo postas em evidência por movimentos anteriores.

A campanha empreendida pela LBCA a partir de 1915 nos permite vislumbrar um lugar para esta instituição na História da Educação brasileira, um lugar que é delineado por sua atuação política e educacional que mobiliza a sociedade brasileira em favor do combate ao analfabetismo e chama o Estado a intervir nas questões educacionais. Uma das características fundamentais desta campanha foi o grande engajamento social que se obteve na difusão do ensino primário em todo o país.

---

<sup>9</sup> *Ibid*, p. 149.

### 5.1. Entre lembranças e esquecimentos, esboçando novos caminhos

Retomemos a noção de seletividade que acompanha toda memória. A operação coletiva de interpretações do passado que se deseja salvaguardar, aqui compreendida como memória, associa-se com tentativas de definir e reforçar sentimentos de pertencimento, definindo mesmo o lugar de determinado grupo ou instituição social, sua complementaridade ou oposição.<sup>10</sup> O grupo da ABE se definia a partir de uma oposição declarada aos movimentos de combate ao analfabetismo que a antecederam, afinal, sua noção de uma “escola nova” baseava-se nesta contraposição. Possivelmente, em razão disto, as ações das Ligas Contra o Analfabetismo praticamente foram esquecidas.

Entretanto, além dos jornais, a presente pesquisa teve como elemento essencial a localização na Biblioteca Nacional de uma edição publicada em 1941 sob o título Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Tal encadernação faz uma espécie de histórico da LBCA ao reunir informações sobre suas diretorias, os sócios fundadores, modelos de fichas de adesões, os principais artigos do Estatuto, discursos variados e conferências. Antes de passarmos à diante, objetivando finalizar este trabalho, torna-se importante analisar brevemente este documento.

O documento é composto por 116 páginas onde, conforme indicamos acima, são reunidas várias informações sobre o movimento iniciado em 1915 pela LBCA, fundada em 21 de abril daquele ano. A capa azul escuro não contém um título, apenas ao abrir o livro é que encontramos a inscrição “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo” e as indicações do ano em que se iniciaram os trabalhos daquela associação (7 de setembro de 1915) e a data chave que se refere ao contexto de elaboração da encadernação (10 de novembro de 1937). Nesta mesma página estão presentes o ano de publicação (1941) e o lema da Liga Contra o Analfabetismo.<sup>11</sup> Nas páginas iniciais, constam informações interessantes acerca do contexto de produção do documento, que retomaremos mais adiante.

---

<sup>10</sup> Michael Pollak, “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15.

<sup>11</sup> Ver Anexo VIII.

A organização da encadernação se dá de maneira desconexa, após reunir alguns modelos de fichas enviadas pela LBCA (ficha de adesão, fichas que buscavam o apoio da “corporação legislativa” e da imprensa), seguem-se, a partir da página 11, os nomes dos membros da primeira diretoria da LBCA, os principais artigos de seu Estatuto e inúmeros discursos e textos diversificados – a maioria sem indicação de autor e sem título – referentes ao tema da instrução. São estes discursos que dão o tom da publicação, enfatizando, os propósitos da LBCA e, inclusive, o contexto de produção daquele documento.

De maneira geral, os textos e discursos que compõem a encadernação dedicada à LBCA destacam o papel fundamental da instrução das massas na construção do progresso brasileiro, tomando como exemplo os Estados Unidos, a Argentina, a Inglaterra e da Suíça que deram a devida atenção à instrução do povo. A exemplo do que se observava em relação às grandes nações do mundo, a instrução era o alicerce seguro onde deve se firmar o prestígio de uma nacionalidade. Os novos tempos, caracterizados pela liberdade de pensamento, pela industrialização, pela universalização do comércio, pelo papel central da ciência, demonstravam que o desenvolvimento das atividades humanas dependia da cultura, ou seja, da instrução. A democracia efetiva resultaria, assim, da boa educação destinada à população brasileira. O primeiro passo para obter o remédio contra o monstro que entravava o progresso brasileiro era a decretação do Ensino Primário obrigatório em todo o país. A luta pela obrigatoriedade do ensino, destacada em diversos momentos nos capítulos anteriores, segue como ponto central nos discursos presentes na encadernação de 1941.<sup>12</sup>

Em meio aos textos variados<sup>13</sup> presentes no documento ora analisado, sobretudo a partir da página de número oitenta e dois, verificamos discursos que seguem o mesmo matiz de combate ao analfabetismo através da difusão e da obrigatoriedade do ensino primário no Brasil. Porém, estes discursos já se inseriam em um outro contexto, sendo endereçados aos ouvintes da Rádio P.R.C-8 (Rádio Sociedade Guanabara) a partir do ano de 1938. Nestas conferências fica evidente o relevo dado às ações empreendidas pela LBCA desde 1915, em favor da instrução do povo, contra o “único inimigo do Brasil”. Daquela data em diante,

---

<sup>12</sup> **Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, op. Cit.**

<sup>13</sup> Todos os textos, discursos ou conferências se encerram com a citação do lema da LBCA “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”.



podia-se observar resultados obtidos em relação à educação através das sucessivas decretações da obrigatoriedade da instrução primária nos estados e municípios.

Por que há um resgate do movimento contra o analfabetismo no contexto dos anos de 1940? Um aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que foi neste contexto que a LBCA encerrou seus trabalhos. Um texto presente na publicação de 1941 sob o título “Em Conclusão”, remete-se a este momento:

A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, alcançado o objetivo a que se propôs, dá por terminada a sua missão, externando o seu profundo reconhecimento à colaboração eficiente e grandiosa da Imprensa Brasileira e das Estações de Rádio, que, com a sua indiscutível força de propaganda e difusão, de par com a boa vontade sempre demonstrada em todos os tempos, animaram muito a campanha da causa brasileira hoje vitoriosa.

Finalizada a sua tarefa a LBCA não se extingue, não desaparece, vai apenas descansar da grande jornada que empreendeu, alerta sempre ao primeiro toque de reunir para lutar, quando for chamada ou quando se tornar preciso, em prol do progresso e da felicidade do nosso querido Brasil, porque sendo a Instrução a base do progresso... Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro!

Rio, 31 de dezembro de 1939.<sup>14</sup>

Por que razão a missão da LBCA estava sendo dada como terminada? A resposta para este questionamento, ou pelo menos parte dela, pode ser dada através da própria publicação dedicada à LBCA. À página já mencionada onde se encontra a inscrição “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”, segue-se uma página dedicada a Getúlio Vargas, onde consta uma foto do presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e um texto que “explicaria” o motivo para o encerramento dos trabalhos da LBCA. Vargas é apontado como

O presidente que legou ao Brasil o maior tesouro. O criador e executor da lei que extirpou do solo Pátrio o maior inimigo do seu progresso – O Analfabetismo [...]

Instaurado em benefício do povo e para o engrandecimento nacional, o regime de 10 de novembro exige desinteresses, abnegação e sacrifício. Não constitui uma experiência, nem é uma situação transitória. Há de perdurar para resolver, de forma definitiva, os problemas fundamentais do progresso e da segurança do país.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Esta notícia havia sido publicada no “Jornal do Comércio” em 14 de março de 1940. Ver **Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, op. Cit.**

<sup>15</sup> **Ibid.**, p. 1 e 2. Ver ANEXO IX.

A conexão que se estabelece entre o texto acima e a nota de encerramento dos trabalhos da LBCA é direta. A idéia que fica evidenciada é a de que graças ao governo de Getúlio Vargas, os propósitos fundamentais da Liga Contra o Analfabetismo haviam sido alcançados. Tais propósitos remetiam, certamente, à decretação da obrigatoriedade do ensino primário, uma das bandeiras fundamentais pela qual a LBCA lutava e que foi concretizada na Constituição de 1934 e reafirmada com o Estado Novo em 1937. Além disto, o contexto de elaboração da publicação apresenta elementos peculiares a serem ressaltados que demonstram uma maior intervenção da União nas questões educacionais. Durante a década de 1940 o Ministério da Educação, representado, sobretudo, na figura do ministro Gustavo Capanema, promoveria uma Campanha Nacional de Combate ao Analfabetismo. O ano de 1941, especificamente, ficaria marcado pela realização da Conferência Nacional de Educação, buscando uma integração entre União, Estados e Municípios.

A carta enviada pela LBCA ao presidente Delfim Moreira em 1919, solicitando a obrigatoriedade da instrução primária em todo o Brasil, é mencionada em inúmeros discursos destinados aos ouvintes da Rádio Sociedade Guanabara em 1938. O que se objetivava ressaltar era que:

[...] os períodos de vários governos se passaram e, com eles, o tempo que passou. Finalmente, em outubro de 1930, o Brasil era sacudido em todos os seus quadrantes numa transformação de ideais políticos [...] De uma das janelas do Palácio do Catete, no memorável 24 de outubro, ao lado de um representante da LBCA, o atual presidente Getúlio Vargas afirmou sob calorosos aplausos da multidão que se comprimia para ouvi-lo que a instrução primária fazia parte saliente de seu programa de governo.

[...] Inegavelmente a LBCA e o Brasil inteiro reconhecem no presidente Getúlio Vargas o mais patriota de todos os seus dirigentes e os brasileiros jamais esquecerão de que foi no decorrer de seu período governamental que a pátria brasileira recebeu o maior legado que lhe poderia deixar o melhor de seus filhos.<sup>16</sup>

Buscar compreender por que razão a memória que se conservou sobre a LBCA ficaria vinculada às ações do governo Getúlio Vargas – uma vez que este reúne e seleciona, em 1941, o que deveria ficar guardado para a posteridade sobre

---

<sup>16</sup> **Ibid.**, p.104.

aquele movimento – é tema para pesquisas vindouras, tema interessante, sem dúvida, mas que não poderá ser devidamente explorado aqui.

Encerramos este trabalho deixando como contribuição à história da educação e do Brasil a evidência de que entre os anos de 1915 e 1922 houve um amplo movimento de combate ao analfabetismo no Brasil e que neste contexto já podemos perceber a preocupação com uma escola que deveria estar em sintonia com a sociedade moderna e que levaria em consideração as rápidas transformações em curso no mundo. Além disto, é relevante perceber que as ações empreendidas pela LBCA e pelas Ligas estaduais não visavam eximir a responsabilidade do Estado com a educação; exigia-se mesmo a intervenção deste na decretação do ensino primário obrigatório e na organização nacional para um ensino de qualidade. A LBCA intencionou coordenar ações sociais de combate ao analfabetismo, incentivando a população a exigir soluções para os problemas educacionais e chamando-a a apoiar, das mais diversas maneiras e através de variadas instituições, a campanha pela difusão do ensino elementar. O contexto dos anos 1910 e os movimentos que ali emergem são ainda pouco explorados; novas abordagens devem ser consideradas, novos caminhos traçados e percorridos buscando definir a Primeira República como um momento estratégico na história deste país, momento caracterizado pelo engajamento, mobilização e reflexão sobre os rumos a serem tomados, almejando a construção da Nação.